

Ano 7, Vol XIII, Número 2, Jul- Dez, 2014, Pág. 22-39.

ESCOLA POPULAR E REVOLUÇÃO AGRÁRIA: A RESISTÊNCIA CAMPONESA E A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA PROPOSTA EDUCACIONAL ANTI-IMPERIALISTA

Marilsa Miranda de Souza¹

Universidade Federal de Rondônia – UNIR

msmarilsa@hotmail.com

RESUMO: O trabalho trata-se da análise da resistência camponesa e das experiências da Escola Popular nas áreas revolucionárias nas quais se processa a revolução agrária no campo rondoniense. Escola Popular surge como fundamental instrumento na construção de uma educação do campo fundada no materialismo histórico-dialético e umbilicalmente ligada ao processo da revolução agrária. Numa sociedade de capitalismo burocrático como o Brasil, o campesinato é uma força fundamental na construção da revolução de nova democracia, por isso há uma ação deliberada do imperialismo para impedir de todas as formas a aliança operário-camponesa. Nesse contexto a Escola Popular vem se apresentando como uma proposta contra hegemônica, fortemente comprometida com o avanço da produção científica e vinculada à realidade social do campesinato.

PALAVRAS-CHAVE: Escola Popular – Luta de Classes – Revolução Agrária

POPULAR SCHOOL AND AGRICULTURAL REVOLUTION: A PEASANT RESISTANCE AND THE CONSTRUCTION OF A NEW PROPOSAL FOR EDUCATIONAL ANTI-IMPERIALIST

ABSTRACT: The work comes from the analysis of peasant resistance and the experiences of the Popular Revolutionary School in the areas in which it processes the agrarian revolution in Rondonia field. Popular school emerges as a vital tool in building a rural education founded in the historical-dialectical and inextricably linked to the process of agrarian revolution materialism. In a bureaucratic capitalism society like Brazil, the peasantry is a key force in the construction of the new democratic revolution, so there is a deliberate action imperialism to prevent all forms of the worker-peasant alliance. In this context the Popular School has been presented as a proposal against hegemonic, strongly committed to the advancement of science and linked to the social reality of peasant production.

KEYWORDS: Popular School – Class Struggle – Agrarian Revolution

¹ Professora adjunta do Departamento de Educação da Universidade Federal de Rondônia- Campus de Rolim de Moura.

Introdução

As políticas de educação do campo em Rondônia seguem a ordem ditada pelo imperialismo, representado pelo Banco Mundial e por outros organismos reguladores. Na especificidade da educação *destinada* aos camponeses, o modelo de “educação diferenciada” torna cada vez mais precário o acesso ao conhecimento para que eles atinjam o nível na forma elementar exigida de uma mão-de-obra minimamente qualificada a ser explorada pela expansão do latifúndio de velho e de novo tipo. Essa educação tem servido para tentar apaziguar as revoltas camponesas e impedir o avanço de suas organizações em toda a América Latina.

A Escola Popular é uma das formas de resistência dos camponeses que podemos identificar na pesquisa realizada com o objetivo de identificar as propostas educacionais anti-imperialistas na educação do campo no Estado de Rondônia. A pedagogia da Escola Popular busca construir uma pedagogia a partir da teoria, do método e dos princípios do materialismo histórico-dialético, fortemente vinculado às massas, à produção, à prática social construída pela revolução agrária, que deve avançar ininterruptamente na direção do socialismo. O papel dessa escola é contribuir com a luta revolucionária pela tomada do poder, por isso ela busca os referenciais da educação marxista. É um embrião da escola socialista contra o latifúndio, o capitalismo burocrático brasileiro e o imperialismo, constituindo-se numa referência de luta na educação do campo em Rondônia.

O processo de resistência na educação que vem sendo construído em nosso País se funda no marxismo e nas experiências históricas da educação socialista, especialmente na URSS e na China, onde a educação dos camponeses se elevou em relação à organização da escola, à qualidade de ensino e aos processos de participação popular.

O que teme o imperialismo?

Ao analisar o campesinato como classe, a conceituação marxista nos esclarece que uma massa de homens e mulheres pobres deixa de ser uma *classe em si* e torna-se uma *classe para si* na medida em que se organiza para lutar de forma consciente pelos seus interesses:

Na medida em que milhões de famílias vivem sob condições econômicas de existência que as distinguem por sua maneira de viver, seus interesses e sua cultura de outras classes e se opõem a elas de modo hostil, aquelas formam uma classe. Dado que existe entre os pequenos proprietários camponeses uma articulação puramente local, e a identidade de interesses não engendra entre eles nenhuma comunidade, nenhuma união nacional e nenhuma organização política, não formam uma classe (MARX, 1997, p. 54).

Somente por meio da luta o campesinato pode se constituir enquanto classe: “A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Assim, pois, essa massa já é uma classe com respeito ao capital, mas ainda não é uma classe para si. Na luta (...) essa massa se une, se constitui como classe para si” (MARX, 1978, p. 157 e 158).

A potencialidade e a disposição de luta dos camponeses já foi comprovada historicamente, sendo a condição *sine qua non* para o avanço da revolução proletária.

Engels já identifica a potencialidade do campesinato nas guerras camponesas da Alemanha: mesmo sem uma direção consequente, ele se colocava em luta desigual contra a exploração. Da mesma forma, ao discutir a guerra franco-prussiana, que trazia mais morte e destruição aos trabalhadores, Engels defende que a massa do povo, “operários urbanos e rurais e os camponeses”, tenha uma só vontade, a da tomada do poder (ENGELS, 1979, p. 149).

O postulado da igualdade tem, pois, na boca do proletariado, uma dupla acepção. Às vezes - como sucedeu sobretudo nos primeiros tempos, na guerra dos camponeses, por exemplo - este postulado significa a reação natural contra as desigualdades sociais clamorosas, contra o contraste entre ricos e pobres, senhores e servos, famintos e glutões. Este postulado da igualdade não é mais que uma explosão do instinto revolucionário e somente isso é que o justifica (ENGELS, 1979, p. 90).

Lênin, numa luta encarniçada contra os populistas russos e o revisionismo² de Kautsky, apontou que o caminho para uma ruptura com o Estado semicolonial russo era a aliança com o campesinato pobre. Ao fazer a análise da questão agrária na Rússia e também em outros países, como os Estados Unidos e a Alemanha, Lênin identificou o grau de exploração ao qual os camponeses pobres estavam submetidos, considerando, no caso russo, que “a economia latifundiária se acha ligada por milhares de laços não só à burocracia, mas também à burguesia”. Identificando as contradições existentes no campo, Lênin defendeu um programa agrário bolchevique, que apontava o caminho

² Lênin afirma que a luta contra o imperialismo é uma frase oca e falsa se não for indissolúvelmente ligada à luta contra o oportunismo (LÊNIN, 1979, p. 125).

revolucionário aos camponeses. Uma revolução contra os “restos do regime de servidão, contra tudo o que há de medieval” no regime agrário, uma “ditadura democrático-revolucionária do proletariado e dos camponeses” (LÊNIN, 1980, p. 129, 134 e 135).

Ao referir-se à Comuna de Paris e tomando como referência o balanço de Marx em *A guerra civil na França* e em *18 de Brumário*, Lênin combate o oportunismo de Kautsky, utilizando as palavras de Marx na afirmação de que não basta a classe operária se apoderar da máquina do Estado para adaptá-la aos seus próprios fins, mas é necessário destruí-la como condição primeira para qualquer revolução popular na Europa. A ênfase de Marx, segundo Lênin, é a de identificar que a Comuna, ao restringir-se à organização do operariado e das massas da cidade, não conseguiu resistir às forças reacionárias.

A revolução capaz de arrastar a maioria do movimento só poderia ser "popular" com a condição de englobar o proletariado e os camponeses. Essas duas classes constituíam, então, "o povo". Essas duas classes são solidárias, visto que a "máquina burocrática e militar do Estado" as oprime, as esmaga e as explora. Quebrar essa máquina, demoli-la, tal é o objetivo prático do "povo", da sua maioria, dos operários e dos camponeses; tal é a "condição prévia" da aliança livre dos camponeses mais pobres e do proletariado. Sem essa aliança, não há democracia sólida nem transformação social possível (LÊNIN, 1978, p. 49).

Mais adiante, Lênin afirma:

Ao falar de uma "revolução verdadeiramente popular", sem esquecer as particularidades da pequena burguesia, a que muitas vezes e largamente se referiu, Marx media rigorosamente as relações de forças sociais na maioria dos Estados continentais da Europa, em 1871. Por outro lado, constatava que os operários e camponeses são igualmente interessados em quebrar a máquina do Estado e em coligarem-se para o objetivo comum de suprimir o "parasita" e de o substituir por alguma coisa de novo (LÊNIN, 1978, p. 50).

Sem fazer grandes delongas, a história comprovou que as teses de Lênin sobre o problema agrário russo e a aliança com o campesinato pobre foram a garantia do triunfo da Revolução bolchevique. No decorrer da Revolução Russa ele demonstrava estar absolutamente convencido de que

só o proletariado poderia levar até o fim a revolução democrática, a condição de que, como única classe consequente revolucionária da sociedade atual, leve atrás de si a massa camponesa à luta implacável contra a propriedade agrária dos terratenentes e o Estado do regime da servidão (LÊNIN, 1983, t. 15, p. 385).

O conceito de aliança operário-camponesa proposto por Lênin foi aplicado na Rússia e desenvolvido em outros países, como na China, que viram o campesinato como uma força revolucionária, se conduzida pelo Partido Comunista. A análise leninista identifica que uma revolução agrária, que uma revolução camponesa dirigida contra os resquícios feudais, é uma revolução burguesa, mas afirma, ainda, que nem toda revolução burguesa significa uma revolução camponesa, visto que no estágio imperialista de desenvolvimento as relações agrárias não se revolucionam nos países atrasados (LÊNIN, 1978, p. 134).

A imensa maioria dos camponeses, não importa em que país capitalista onde exista campesinato (e é o caso mais frequente), é oprimida pelo governo e aspira a derrubá-lo, para instalar, enfim, um "governo barato". É esta uma ação que só o proletariado pode realizar, dando assim um passo para a transformação socialista do Estado (LÊNIN, 1978, p. 55).

Segundo Marx e Engels, as grandes sublevações da Idade Média partiram todas do campo, e todas elas falharam, devido à dispersão dos camponeses e à sua consequente incultura (MARX e ENGELS, 1989, p. 56). E o que querem na atualidade os defensores da “educação diferenciada” que favoreça o “modo de vida camponês”? Nada mais que impedir o avanço da luta de classes no campo e sua aliança com o operariado. No Brasil, a primeira tentativa de tomada do poder por parte dos comunistas, ocorrida no Levante de 1935, restringiu-se à aliança com a pequena burguesia urbana, desconsiderando o papel do campesinato, mesmo sob a orientação da Internacional Comunista de que seria necessária a aliança com os milhões de camponeses brasileiros, para a “criação de destacamentos de um exército popular revolucionário, entregues, sem reservas, à revolução” (DIMITROV, 1935).

Os processos revolucionários com êxito, como o ocorrido na China, tiveram o campesinato pobre como principal aliado. Ao fazer a análise da China enquanto um país semicolonial e semifeudal, com um desenvolvimento político, econômico e cultural desigual, além de um vasto território, Mao TseTung identificou estes fatores como uma particularidade e característica nas colônias e semicolônias, razão pela qual o caráter da revolução é democrático-burguês de novo tipo, sendo seus alvos o imperialismo e o feudalismo. Por conseguinte, as forças motrizes dessa Revolução são, além do proletariado, a classe camponesa e a pequena burguesia (MAO TSETUNG, 1975a, p. 466).

Aqui nós não consideramos como particularidade fundamental as relações do Partido com a classe camponesa e a pequena burguesia urbana, porque, primeiro, essas relações são em princípio as mesmas que mantêm todos os Partidos Comunistas do mundo e, segundo, porque, quando se fala de luta armada na China, fala-se essencialmente da guerra dos camponeses, sendo que as íntimas relações do Partido com a guerra dos camponeses definem de fato as relações com a própria classe camponesa (MAO TSETUNG, 1975a, p. 467).

Segundo Mao, a realidade agrária na China comportava 80% da população vivendo no campo, sendo que, destes, os camponeses pobres e assalariados agrícolas correspondiam a 70%. Além de fazer uma análise precisa da composição das classes sociais naquele país, Mao, após uma análise das contradições existentes e das condições da realidade objetiva, apontou que o caráter da Revolução na China, enquanto uma Revolução democrático-burguesa de novo tipo ou Revolução de nova democracia (pois abre caminho para o desenvolvimento capitalista), dirigida pelo proletariado, cria as condições prévias para a passagem direta ao socialismo, já que não dá lugar “à ditadura da burguesia, mas sim à ditadura da frente única das classes revolucionárias sob a direção do Proletariado” (MAO TSETUNG, 1975a, p. 531).

De fato, a análise acertada de Mao TseTung e do Partido Comunista da China (PCCh) conduziu ao triunfo da Revolução de Nova Democracia em 1949, num período em que o socialismo chegou ao equilíbrio de forças com o imperialismo. Na União Soviética, porém, com a ascensão de Nikita Krushev, dava-se se início a um processo de capitulação ao capitalismo. Da mesma forma que Lênin combateu os populistas e os social-chauvinistas, usando o próprio termo criado por ele, O PCCh iniciou um amplo debate no seio da Internacional Comunista, apontando o revisionismo de Krushev, que apontava para a “coexistência pacífica com o capitalismo”. Todo o debate sobre as posições chinesas e russas vão culminar no que no Brasil ficou conhecido só recentemente como a *Carta Chinesa*³. No debate, além da crítica ao revisionismo instalado na URSS, o PCCh, por meio do seu jornal Diário do Povo (Renmin Ribao), aponta para todo um processo revolucionário vivido nos países oprimidos pelo imperialismo, realçando a Ásia, a África e a América Latina como pontos de convergência das contradições mundiais.

Ninguém pode negar que se observa agora uma situação revolucionária sumamente favorável na Ásia, África e América Latina. Na atualidade, a

³ **A Carta Chinesa: A grande batalha ideológica que o Brasil não viu**, foi publicada em dezembro de 2003 pelo Núcleo de Estudos do Marxismo-Leninismo-Maoísmo e impressa pela Editora Terra.

revolução nacional-libertadora destas regiões constitui a mais importante das forças que assestam golpes diretos ao imperialismo. A Ásia, a África e a América Latina são as zonas donde convergem as contradições do mundo. O ponto de convergência das contradições mundiais e da luta política do mundo não é imutável, e sim variará com as mudanças que se operam na luta internacional e na situação revolucionária. Estamos seguros de que, graças ao desenvolvimento da contradição e da luta entre o proletariado e a burguesia, chegará o grande dia em que se travem batalhas renhidas na Europa Ocidental e na América do Norte, berço do capitalismo e coração do imperialismo. Então, a Europa Ocidental e a América do Norte se transformarão sem dúvida no ponto onde converjam a luta política e as contradições do mundo (DIÁRIO DO POVO, 2003, p. 214).

Nesse período em que a América Latina se lançava no caminho revolucionário, reunindo operários e a imensa massa camponesa nas diferentes nações, foram orquestrados pelo imperialismo norte-americano os diversos golpes militares que assolaram toda a América Latina. A confusão criada em 1956 pelo 20º Congresso do PCUS, sob a liderança de Krushev, produziu muitas manifestações de desvio oportunista, como o foquismo⁴ de Che Guevara, mas que, ao mesmo tempo, apontavam o caminho da luta armada e da aliança operário-camponesa. Os processos revolucionários foram proliferando como fogo na pradaria, não só na América Latina, mas também na África e Ásia, como processos de luta anti-imperialista e de caráter nacional.

Depois da revolução cubana os movimentos guerrilheiros começaram a surgir por todas as partes, como pequenos focos ou até mesmo frentes. As guerrilhas do Paraguai (1959-62), da Frente Sandinista de Libertação Nacional da Nicarágua (1961), os primeiros movimentos guerrilheiros na Guatemala (1961-63), o movimento camponês dirigido por Hugo Blanco no Peru (1961-1964), a guerrilha de Tucumán (1961), as guerrilhas de Honduras (1962), as do Equador (1962), as da Venezuela, que começaram em 1962 e que em 1963 chegaram a prever o derrocamento do governo; as guerrilhas de Jorge Ricardo Massetti na Argentina (1963-64); as guerrilhas de Fábio Vázquez e Marulanda na Colômbia (1963), as guerrilhas de Lobatón e de Puente Uceda no Peru (1965). Todas elas corresponderam a uma gama vastíssima de experiências com diferenças em sua composição, direção, ideologia, nas alianças com organizações existentes, no apoio das massas, no apoio do movimento revolucionário urbano ou dos Estados Socialistas (CASANOVA, 1987, p. 198).

Uma das principais características desses movimentos era a luta contra o imperialismo e suas marionetes golpistas nos Estados latino-americanos, bem como o

⁴ As guerrilhas latino-americanas, que tiveram seu apogeu de atuação entre os anos 1960 e 1970, extraíam sua estratégia da chamada teoria foquista, difundida por Che Guevara após o sucesso da Revolução em Cuba, que tomou o poder em 1959. Tratava-se da tática adotada pelos grupos de esquerda. Consistia em criar focos guerrilheiros (daí o nome) de revolução e progressivamente ir aumentando suas fileiras com o apoio das massas.

apoio das massas, sobretudo de camponeses. O imperialismo também agia, com o apoio total à repressão e a propaganda contrarrevolucionária, enquanto garantia cada vez mais o endividamento externo que financiava os falsos auges de desenvolvimento econômico para conter as exigências sociais.

No Brasil, o PCB atuava na contramão, sob a orientação da linha kruchovista, com uma posição vacilante de “luta pelas liberdades democráticas”. Nesse período, por conta da passividade frente ao golpe, as diversas cisões no partido geraram diferentes formas de luta armada, dentre elas a guerrilha de Araguaia, que esboçava a concepção de guerra popular prolongada. Foi a mais significativa e consequente. Em que pese a bravura de muito comunistas e o empenho de um conjunto de outras organizações revolucionárias (dispersas), a guerrilha foi sufocada pela ditadura militar.

Também no campo, diante da ameaça iminente do golpe, os camponeses, organizados pelas Ligas Camponesas e alguns dirigentes comunistas, com “armamentos rústicos”, organizaram cerca de cinco mil camponeses em março de 1964, quase um mês antes do golpe militar, mas seu estágio embrionário de organização também foi desbaratado (MORAIS, 1997, p. 51). Também foi na década de 1960 que o campo brasileiro passou pela chamada “modernização conservadora”, que teve como pilares modernizadores os grandes latifúndios em busca de qualidade e alta produtividade, onde a mão-de-obra do camponês foi substituída pelo uso das máquinas.

Na atualidade brasileira, mesmo com todas as vacilações impostas pela direção do MST, a maior organização camponesa do Brasil, dentro de suas bases se vê um processo de ruptura dispersa contra o velho Estado, mesmo com o discurso de sua direção de que “o movimento de massas está em descenso”, de que é preciso fortalecer o apoio à gerência semicolonial do Estado Brasileiro, dirigida pela aristocracia operária (que chamam de “governo em disputa”). Cresce a combatividade das massas camponesas, que, apesar das posturas vacilantes de suas direções, seguem se levantando de Norte a Sul do País.

Não é de hoje que o campo brasileiro é um barril de pólvora. A história do Brasil tem marcas da disposição de luta do campesinato, mesmo este não tendo a clareza do caminho a seguir, como em Canudos, no Contestado e no Cangaço, que ocorreram ao longo da República Velha, ou nas revoltas camponesas de Porecatu, no Paraná, e Trombas e Formoso, no Estado de Goiás, que tiveram a participação ativa do Partido Comunista do Brasil (PCB), ou mesmo no fenômeno das Ligas Camponesas, que

também sofreu influência comunista. Todas fazem parte do mosaico que demonstra a disposição de luta dos camponeses ao longo da história brasileira.

O papel dos camponeses nas experiências revolucionárias vitoriosas ou o levantamento dessas massas nas lutas econômicas fazem com que o latifúndio atrelado ao imperialismo se desespera cada vez mais quando o campesinato se rebela. Dados parciais⁵ da Comissão Pastoral Terra (CPT) apontam que, no primeiro semestre de 2009 e 2010, comparativamente ao mesmo período do ano anterior, houve um aumento no número de envolvidos em conflitos no campo, na violência cometida contra os camponeses e também no número de assassinatos, sem contar os que ainda estão sob investigação. A região Centro-Oeste é a mais violenta em termos numéricos e a região Norte do País concentra o maior número de assassinatos de camponeses.

Pelo levantamento da CPT, as regiões mais conflituosas estão onde há a expansão em larga escala da monocultura, o que obriga os camponeses a resistirem cada vez mais contra essa nova expulsão, especialmente na Amazônia, onde os camponeses, já expulsos de outras regiões do País, deparam-se com novas grilagens de terras por parte de fazendeiros. O caminho apontado é o de destruir o latifúndio, resistir na terra e fazer a revolução agrária, já que a reforma agrária do Estado não vem. Se os camponeses, pela necessidade e pelo ódio ao latifúndio, já sacodem o campo brasileiro, com a aliança operário-camponesa esse impulso da luta pela sobrevivência os empurrará para o caminho da revolução.

O Estado, enquanto se utiliza de todos os mecanismos assistencialistas para calar as massas trabalhadoras, dentre elas o campesinato, implanta um conjunto de políticas que objetivam o total isolamento dos camponeses das organizações operárias classistas. Um exemplo disso é a distribuição de cestas básicas a uma grande quantidade de acampamentos à margem de rodovias e estradas vicinais do País. E a ordem é clara: se ocupar o latifúndio, há a suspensão das cestas básicas e das lonas oferecidas pelo INCRA⁶.

Portanto, o mesmo Estado que segue os ditames do imperialismo, que impõe a expulsão dos camponeses por meio das muitas medidas educacionais, econômicas e estruturais que não garantem a eles a permanência na terra e perpetuam a expansão do

⁵ Disponível no site: www.cptnac.org.br. Acesso em: 5 de setembro de 2009.

⁶ Observamos essa imposição acompanhando uma reunião do INCRA que visava resolver o impasse da reocupação da Fazenda Santa Elina, em Corumbiara, no ano de 2008. Nessa fazenda ocorreu um dos maiores conflitos agrários do Brasil recente.

latifúndio de velho e de novo tipo, visa, também, mantê-los acéfalos e dependentes de suas medidas assistencialistas. Conforme discorremos ao longo deste trabalho, sem o campesinato como aliado principal do proletariado mantém-se a estrutura semicolonial no País. O imperialismo e o Estado capitalista burocrático brasileiro temem a rebelião camponesa em decorrência das experiências históricas que lhes impuseram grandes derrotas, e veem desesperadamente crescerem as centelhas revolucionárias no campo.

As experiências da Escola Popular nas áreas revolucionárias em Rondônia: construindo a revolução e a educação socialista no campo

Embora o campo rondoniense esteja tomado pelas políticas públicas educacionais do imperialismo, seja nos projetos do Banco Mundial ou nas pedagogias da Via Campesina, há uma resistência organizada à educação burguesa. A Escola Popular é uma das formas de resistência dos camponeses que pudemos identificar em nossa pesquisa.

As atividades da Escola Popular se iniciaram em Rondônia em 1998, com os esforços de professores, estudantes e camponeses de várias áreas do Estado. Foi em Machadinho do Oeste, na Escola da Barragem, que se desenvolveu a primeira e mais importante experiência. As famílias camponesas que tomaram as terras da Fazenda Santa Bárbara iniciaram, juntamente com professores, estudantes e apoiadores, a construção de uma nova escola, escola de politização, trabalho e luta, chamada de Escola Família Camponesa. Funcionou por cerca de três anos com cursos de ensino fundamental, médio, alfabetização de adultos e cursos técnicos de saúde e técnicas agrícolas. A escola foi construída também em Corumbiara, com a participação das famílias que haviam lutado pela terra nas áreas Verde Seringal, Adriana e Santa Elina. A Escola Popular formou dezenas de ativistas do movimento camponês combativo, desenvolveu a produção com, por exemplo, granjas cooperadas (criação de galinhas e porcos), lavouras, etc. Além disso, desenvolvia atividades culturais, com vídeos e teatros, atividades esportivas e de lazer, como festas e encontros. Mas a escola entrou em crise devido às dificuldades financeiras para manter suas atividades e por não possuir um núcleo dirigente de ativistas e professores em torno dela. O erro foi tentar construir uma escola a partir de uma estrutura complexa. Decidiu-se, então, partir de um trabalho de educação popular, mais simples, em estruturas possíveis, e a alfabetização

passou, então, a ser a prioridade da escola junto aos camponeses nas áreas revolucionárias.

As experiências da Escola Família Camponesa foram a prova concreta de que os camponeses podem se organizar e dirigir sua própria vida, na produção, na educação, etc. Aconteciam várias reuniões, nas quais os camponeses discutiam o caráter de classe da nova escola, ou seja, que ela pertencia aos camponeses pobres. Por três anos os camponeses, em aliança com estudantes urbanos, com professores do campo e da cidade, construíram física e ideologicamente uma escola camponesa. Edificaram uma escola onde as relações se pautaram pelo companheirismo e pela estreita ligação entre teoria e prática. O lema da escola era Estudo-Trabalho-Luta. Nos textos produzidos pela escola encontramos algumas notas sobre como se organizava:

Desenvolvemos o **trabalho coletivo**, única forma do camponês romper com a exploração do latifúndio e com o atraso que representa a agricultura familiar e que desde o início foi um dos maiores êxitos, principalmente entre a juventude. Outra atividade importante foi a divisão de tarefas de limpeza, alimentação, produção em que tudo é discutido, planejado e realizado através de coletivos. A questão da avaliação da qual participam todos envolvidos na escola onde corrigimos nossos erros e enxergamos as qualidades e avanços de cada um. A formação do Grupo de Produção, que a partir da conquista de um trator junto aos operários da cidade, serviu para desenvolvermos a experiência de produzir coletivamente entre os camponeses da área (ESCOLA POPULAR, 2008, p. 1).

A Escola Popular se organizou principalmente nas áreas da Liga dos camponeses Pobres e seguiu seus princípios de “caminhar com as próprias pernas”, “servir ao povo” e “lutar por uma sociedade justa”.

O Movimento Camponês de Corumbiara - MCC e a Liga dos Camponeses Pobres de Rondônia - LCP surgem do processo de ocupação da Fazenda Santa Elina e do conseqüente conflito, conhecido como “Massacre de Corumbiara”, no Município de Corumbiara, Rondônia, em 1995. Num processo de depuração e cisão do Movimento Camponês de Corumbiara, nasceu a Liga de Camponeses Pobres, que avançou pelo Estado de Rondônia e posteriormente por vários Estados Brasileiros. O número de camponeses organizados pela LCP é três vezes maior que o dos outros movimentos, somando cerca de 12 mil camponeses nas chamadas áreas revolucionárias em Rondônia (MARTINS, 2009, p. 110).

A Liga de Camponeses Pobres, diferentemente dos outros movimentos, rejeita a reforma agrária de mercado proposta pelas políticas do Estado. Toma o latifúndio, corta

a terra e organiza a produção e a resistência. Esse movimento é considerado de novo tipo, pois não luta por reforma, mas faz a revolução agrária, como explica o próprio movimento no documento *Nosso Caminho* (LCP, 2006, p. 12).

A Revolução Agrária tem caráter democrático-burguês de novo tipo. Ou seja, é democrático-burguesa porque não propõe de imediato suprimir a propriedade privada da terra e sim democratizá-la e é de novo tipo, porque não é para desenvolver o capitalismo e sim para assentar bases para o socialismo.

Seu objetivo é destruir todo o latifúndio causador da miséria dos camponeses pobres e do atraso do Brasil, fazendo a revolução democrática, entregando as terras aos camponeses pobres sem terra ou com pouca terra e promovendo a libertação das forças produtivas do campo. Seu programa se baseia na compreensão de que o problema agrário é o das relações de propriedade da terra, da necessidade de destruir as relações da propriedade concentrada pelos latifundiários e da democratização e transformação das relações de produção. O objetivo é a superação gradual da produção individual como base para uma futura nacionalização e coletivização, de acordo com o movimento consciente dos camponeses, suprimindo, assim, a condição de mercadoria da terra. Em síntese, está apresentado assim o programa da LCP no documento *Nosso Caminho*, no qual aponta quatro tarefas ou pilares fundamentais (LCP, 2006, p. 24 e 25):

1 - tomadas das terras e destruição dos latifúndios pelos camponeses pobres organizados e distribuição das parcelas de terra para os camponeses pobres sem terra ou com pouca terra;

2 - libertação das forças produtivas e transformação das relações de produção nas áreas tomadas, por meio da adesão voluntária à Ajuda Mútua e outras formas de cooperação crescente na produção e comercialização, e da utilização de meios de produção, instrumentos de trabalho e técnicas modernas;

3 - Organização e exercício do poder político pelas massas nas áreas tomadas. Implica em elevar o nível de organização dos camponeses na Assembleia do Poder Popular como embrião de órgãos de poder do Estado popular revolucionário que começa a nascer e a ser construído passo a passo. Com isso deve-se organizar crescentemente a autodefesa, o ensino, o serviço de saúde, a promoção cultural, a justiça popular e a administração dos assuntos internos e das coisas;

4 - Nacionalização e estatização das grandes empresas capitalistas rurais nas áreas tomadas com o avanço da revolução. Esta tarefa programática só terá condição de

se implantar após grande avanço do processo revolucionário, ou seja, mais no futuro, contudo se faz necessário fixar tal objetivo, considerando que as empresas capitalistas no campo, principalmente as agroindústrias, são o que há de mais desenvolvido em termos de forças produtivas e devem imediatamente passar à condição de economia estatal.

Busca-se, para construir a revolução agrária, um método de luta e organização proletária, como explica o documento “Nosso Caminho”. Em razão do caráter da revolução agrária, o de ser dirigida pela ideologia proletária (classe operária), seus métodos de organização e luta são proletários. A análise da realidade e sua intervenção se baseiam em critérios científicos. O movimento estabelece como pressuposto que são as massas que fazem a história, que a rebelião se justifica e que a luta reivindicativa é importante, mas o principal é a luta pelo poder. Suas organizações se baseiam no centralismo democrático, no qual a minoria se sujeita à maioria, e na revogabilidade dos mandatos a qualquer momento, pela soberania da assembleia das massas. O método de solução das contradições deve corresponder à natureza da contradição em questão. Ou seja, luta inconciliável com os inimigos de classe para sua destruição e luta de persuasão para resolver as contradições no seio do povo. O instrumento para a aplicação do método é o da crítica e autocrítica.

A Escola Popular também tem seus princípios fundamentados na teoria marxista, no método dialético e nas experiências construídas pelo proletariado ao longo da história. Seu papel principal é construir o novo poder. Vejamos os seus princípios (ESCOLA POPULAR, 2008, p. 9):

1. A Escola Popular serve para apoiar, calçar e dar suporte a todas as atividades da frente única revolucionária na solução de seus problemas, sejam os da luta de classes, da luta pela produção ou do estudo, bem como das ações nas áreas de saúde, da técnica e da arte, nas quais deve jogar papel chave.

2. Não há como falar em escola popular desvinculada de organizações de massas de novo tipo, engajadas na luta pela revolução de nova democracia, em particular pela revolução agrária. No campo, as escolas populares devem estar ligadas às organizações camponesas de novo tipo, como as ligas de camponeses pobres, e nas cidades, às organizações sindicais classistas e combativas, ao movimento estudantil popular revolucionário, às organizações de bairros pobres, vilas, favelas e de luta pela moradia, que se integrem nas Frentes de Defesa dos Direitos do Povo.

3. Todas as áreas e níveis da educação são importantes, no entanto devemos trabalhar segundo as condições, as etapas e as tarefas principais do processo revolucionário. Neste sentido, a prioridade deve estar centrada principalmente no campo e secundariamente na cidade e seu alvo central é a alfabetização de adultos e a educação de crianças e jovens (creches e ensino fundamental). Dar especial atenção às mulheres, jovens e crianças.

4. A organização, a direção geral e a administração das escolas populares devem estar centradas na linha de massas, na democracia das massas e no exercício do poder pelas massas. Os princípios políticos que devem guiar nossa conduta são os que servem à etapa da nova democracia, baseada nos interesses da aliança operário-camponesa, sob a hegemonia do proletariado. Seus princípios de organização são os do centralismo democrático.

5. A linha de massas na qual estão centradas as atividades da Escola Popular parte da concepção de que são as massas que fazem a história, de que são as massas que fazem a revolução. E mais, que toda a ação revolucionária deve tomar como primeira necessidade o partir das massas, para as massas, por meio do método de unir a luta reivindicativa à luta pelo poder e a direção às massas.

6. Toda metodologia e pedagogia da Escola Popular devem ser científicas. Nossa atividade de educação parte do materialismo dialético e da teoria marxista do conhecimento, expressões mais elevadas do conhecimento humano, sistematizadas nos pontos 7, 8, 9 e 10.

7. Conhecer é transformar. Só podemos conhecer uma realidade transformando-a; só conheço uma fruta comendo-a; só conhecemos as propriedades do aço com sua produção, transformação e consumo; só conheceremos a nação brasileira revolucionando o País.

8. A prática social é a base de todo conhecimento. A prática social está classificada em três tipos: a luta pela produção, a luta de classes e a experimentação científica. Assim, tudo que a humanidade tem acumulado de conhecimento vem:

- da prática social por dominar a natureza, colocando-a a serviço do homem, que é a luta pela produção;

- da prática social para pôr fim à exploração do homem pelo homem, para pôr fim à sociedade de classes, que é a luta de classes; e

- da prática social desenvolvida por pesquisadores que fazem experimentos em laboratórios e centros de pesquisas para comprovar suas teorias científicas, que é a experimentação científica.

9. Segundo o marxismo, o processo do conhecimento é composto por dois saltos, o primeiro que vai da prática à teoria e o segundo que vai da teoria à prática, sendo que este segundo é o principal. Uma teoria, uma política, uma ideia, um plano só são científicos se tiverem confirmação na prática. Por isto afirmamos que a prática é o critério da verdade.

10. O extenso patrimônio científico da humanidade está sendo construído passo a passo, parte a parte neste infindável processo de confirmação prática de postulados teóricos. É o conhecimento direto extraído, como já dissemos, de um dos três tipos de prática social. A escola não trata de produzir ou proporcionar esse conhecimento direto. Ela se encarrega de transmitir às novas gerações o conhecimento já reunido pela humanidade. A escola cuida, portanto, do conhecimento indireto.

11. A pedagogia diz respeito à transmissão de conhecimento e para serem científicos esses três tipos de práticas sociais devem estar integrados ao processo de aprendizagem. Ou seja, a escola tem que estar intimamente ligada à produção, a movimentos de massas revolucionários e deve ter laboratórios para experiências científicas, correspondentes ao nível de ensino. No processo de aprendizagem o estudante tem que investigar e vivenciar pessoalmente a confirmação prática das teorias científicas apresentadas.

Diferentemente da Pedagogia da educação popular e da Pedagogia da prática aplicadas pelos movimentos de luta pela reforma agrária, como o MST, a Pedagogia da escola popular busca construir uma pedagogia a partir da teoria, método e princípios do materialismo histórico-dialético, fortemente vinculada às massas, à produção, à prática social construída pela revolução agrária, que deve avançar ininterruptamente ao socialismo. A Escola Popular não se enquadra nos padrões da chamada “educação popular”. Seu papel é contribuir com a luta revolucionária pela tomada do poder, por isso é uma escola que busca os referenciais da educação marxista, como pudemos ver nos onze pontos transcritos acima.

Lênin tratou da importância do processo educacional não oficial (LÊNIN, 1981, t. 7, p. 46), construído pelos trabalhadores em luta. Essa educação vai adentrando gradualmente nas contradições da realidade social, política e econômica, demarcando o

campo do oportunismo e da revolução. Para Lênin, o processo educacional não oficial deveria conduzir a juventude a nadar em águas 'seguras', desvendando as contradições e as confusões geradas pela educação oficial (LÊNIN, 1981, t. 7, p. 47). Nas áreas onde se processa a revolução agrária, essa escola assume um papel muito importante na formação dos camponeses.

A Escola Popular também tem se dedicado à alfabetização de jovens e adultos nas áreas da revolução agrária. Em Rondônia há milhares de crianças camponesas fora da escola. As escolas oferecidas pelo Estado não as alcançam e nem elas podem alcançá-las, devido às imensas distâncias que as separam das cidades e vilarejos. Essas crianças crescem analfabetas. É comum encontrarmos centenas de jovens entre 14 e 20 anos que nunca foram à escola, assim como milhares de adultos que engrossam as estatísticas de analfabetismo. O analfabetismo pesa como uma grande rocha sobre os camponeses pobres (crianças, jovens e adultos) quando estes se inserem na luta pela terra e se envolvem nos processos organizativos mais amplos da luta de classes. Precisam ler as notícias da luta, os documentos da organização, os textos de formação política, enfim, acabam por sentir ainda mais a necessidade da alfabetização. Assim, a Escola Popular acaba se organizando nos locais, a partir da própria necessidade dos camponeses, dirigida pelos organismos da luta classista no campo e na cidade. Não apenas alfabetiza, mas oferece aportes da teoria marxista para elevar a consciência de classe dos camponeses.

Considerações finais

A Escola Popular busca uma educação capaz de contribuir para um novo poder popular. As escolas participam ativamente das práticas das chamadas Assembleias de Poder Popular. Esse é um embrião da escola socialista, que se forja contra o latifúndio, o capitalismo burocrático brasileiro e o imperialismo, constituindo-se numa referência de luta na educação do campo em Rondônia.

A Escola Popular deve ser pesquisada e analisada profundamente em relação aos seus aportes teóricos e às suas práticas pedagógicas, desenvolvidas nas várias experiências hoje existentes na educação do campo. O que nos chamou atenção é que ela funciona de forma autônoma, sem nenhum vínculo ou parceria com o poder estatal. Seu trabalho desenvolve-se contra o Estado capitalista: não atribui à educação um papel

emancipador dentro do capitalismo. A educação socialista só pode se dar dentro dos marcos de uma sociedade socialista em transição para o comunismo. Essa escola caminha atrelada ao processo revolucionário, contribuindo para elevar o conhecimento das massas camponesas, associado à produção. Isso possibilita o desenvolvimento da experiência de participação e discussão acerca da educação socialista e de suas práticas, desenvolvidas nas experiências do proletariado em outros países. Por essas e outras iniciativas é que a burguesia burocrática, os latifundiários e o imperialismo temem os camponeses.

Referências Bibliográficas

APOLOGISTAS do neo-colonialismo. (Diário do Povo, 22 de outubro de 1963). **A carta chinesa**. Belo Horizonte: Núcleo de estudos do marxismo-leninismo-maoísmo, Terra Ed., 2003.

CASANOVA, P. G. **História contemporânea da América Latina**. São Paulo: Vértice, 1987.

DIMITROV, J. A ofensiva do fascismo e as tarefas da Internacional Comunista na luta pela unidade da classe operária contra o fascismo. In: _____. **Obras escolhidas**. Lisboa: Estampa, 1976. v. 3, p. 9-90. Relatório apresentado no VII Congresso Mundial da Internacional Comunista, em 2 de agosto de 1935.

ENGELS, F. **Anti-Dühring**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

ESCOLA POPULAR. **Documento básico**. Jaru, RO, 2008.

LÊNIN, V. I. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. Tradução de Olinto Beckerman. 1. ed. São Paulo: Global, 1979.

_____. **O programa agrário**. São Paulo: Livr. Ed. Ciências Humanas, 1980.

_____. **O Estado e a revolução**. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. **Obras completas**. 5. ed. em 55 tomos. Moscú: Progreso, 1983. t. 15.

_____. **Obras completas**. 5. ed. em 55 tomos. Moscú: Progreso, 1981. t. 7.

LIGA DOS CAMPONESES POBRES. **Nosso caminho**. Goiânia: Coordenação das Ligas de Camponeses Pobres, 2006.

MAO TSETUNG. **Obras escolhidas**. Pequim: Edições do Povo, 1975a. t. II.

MARTINS, M. M. **Corumbiara: Massacre ou combate? A luta pela terra na Fazenda Santa Elina e seus desdobramentos**. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Núcleo de Ciência e Tecnologia, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2009.

MARX, K. **Miséria da Filosofia**. Tradução de Maria Helena Alves. Lisboa: Estampa, 1978.

_____. **O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte**. Tradução de Leandro Konder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Tradução de Luiz Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MORAIS, C. S. **O reencontrado e o perdido das reformas agrárias**. Brasília: Lattermund, 1997.

Recebido em 05/8/2013. Aceito em 15/11/2013.

Contato:

Marilsa Miranda de Souza⁷

Universidade Federal de Rondônia – UNIR

msmarilsa@hotmail.com

⁷ Professora adjunta do Departamento de Educação da Universidade Federal de Rondônia- Campus de Rolim de Moura.